

A conta do envelhecimento não cabe só na Previdência



» GUSTAVO PESSOA
Economista e professor
da FGV-SP

O Dia Internacional das Pessoas Idosas, em 1º de outubro, chama a atenção para uma transformação que já está em curso no Brasil: o Censo de 2022, do IBGE, registrou 32,1 milhões de pessoas com 60 anos ou mais, equivalentes a 15,8% da população e 56% a mais que em 2010. Embora viver mais seja uma conquista, nossa organização econômica ainda não se adaptou inteiramente a ela, e o debate costuma se concentrar na Previdência e na saúde, deixando em segundo plano uma conta que chega todos os dias às famílias, a do cuidado.

Uma família pode ter planejado a aposentadoria, quitado a casa e organizado suas despesas e, ainda assim, precisar refazer o orçamento quando alguém passa a necessitar de ajuda nas atividades cotidianas. Contratar um cuidador significa assumir uma nova despesa; quando um filho, cônjuge ou outro parente assume essa função, o custo não desaparece, apenas muda de forma. São horas que deixam de ser destinadas ao trabalho, ao estudo ou ao descanso e que, em alguns casos, exigem reduzir a jornada, recusar uma promoção ou deixar o emprego. O orçamento pode, assim, ficar pressionado dos dois lados, com o aumento dos gastos e a redução da renda de quem passa a cuidar.

Como cuidado não remunerado também tem custo, seus efeitos podem atravessar gerações: cuidar dos pais hoje pode significar ganhar e

poupar menos para a própria velhice amanhã. É por isso que a economia do envelhecimento precisa ir além da pergunta sobre quanto acumular para a aposentadoria e considerar, além do tempo que viveremos, a intensidade e a duração de uma eventual necessidade de apoio. Ter renda para pagar as despesas habituais não garante que haverá alguém disponível para prestar esse apoio, nem que será possível financiá-lo pelo tempo necessário.

A distribuição desse impacto é desigual, como mostram as estimativas da Organização Internacional do Trabalho (OIT): em 2023, 708 milhões de mulheres estavam fora da força de trabalho no mundo por responsabilidades de cuidado. Embora o dado inclua crianças e outros familiares, e não apenas pessoas idosas, ele revela a dimensão econômica de um trabalho frequentemente tratado como recurso ilimitado dentro das casas. Pressupor que sempre haverá um familiar disponível para cuidar significa ignorar as escolhas e as perdas de renda que essa responsabilidade pode impor.

No Brasil, a Política Nacional de Cuidados,

instituída em 2024, e o Plano Nacional de Cuidados começaram a incorporar essa questão às políticas públicas ao reconhecer tanto quem necessita de apoio quanto quem cuida. A oferta de serviços e a conciliação entre trabalho remunerado, educação e responsabilidades familiares estão entre os eixos do plano, mas esse avanço institucional precisa se traduzir em atendimento, com financiamento contínuo, profissionais qualificados e avaliação de resultados.

Isso exige articular saúde e assistência social com moradias adaptadas e serviços que ajudem a preservar a autonomia, além de desenvolver tecnologias, seguros e produtos financeiros adequados às diferentes necessidades das famílias. As empresas também terão de rever a organização do trabalho para que seus funcionários consigam conciliar a carreira com o cuidado de familiares, reconhecendo que essa responsabilidade afeta a vida profissional e não pode ser resolvida apenas dentro de casa.

Uma população mais velha também cria oportunidades econômicas ao ampliar a demanda por produtos, serviços e soluções de moradia e mobilidade. As pessoas idosas, por sua vez, continuam trabalhando, empreendendo, cuidando de outras pessoas e contribuindo para suas comunidades, de modo que confundir envelhecimento com dependência seria um erro econômico e humano.

O desafio é decidir como uma sociedade mais longeva distribuirá o custo do cuidado quando ele for necessário, sem deixar que essa conta recaia silenciosamente sobre quem abre mão de renda e tempo para cuidar. Planejar a velhice exige financiar os anos adicionais de vida e criar condições para vivê-los com autonomia, o que torna incompleta qualquer política de longevidade que proteja a renda de quem envelhece, mas ignore o tempo, a renda e o futuro de quem cuida.



Desalento eleitoral: brasiliense acompanha a campanha de 2026 de longe



» LARISSA MARQUES
» FRED BERTHOLINI
» LUCIO RENNÓ
Pesquisadores do Observatório de Políticas Públicas do Distrito Federal (ObservaDF)

A cada quatro anos, o calendário democrático convoca os eleitores do Distrito Federal às urnas para escolher os cargos distritais e federais. Neste ano de 2026, o eleitorado do DF irá às urnas para escolher seus representantes para os cargos de presidente da República, governador, senador, deputado federal e distrital. O dia da votação, no entanto, é apenas o desfecho de um período mais longo. Nos meses anteriores, partidos e cidadãos costumam ocupar as ruas com comícios, carreatas, panfletagens e reuniões, além de exibir camisetas e adesivos de seus candidatos. Esses rituais fazem parte da vida democrática e cumprem uma função relevante: mantêm o eleitor informado e estimulam o comparecimento no dia do pleito. Neste ano, porém, o clima de mobilização parece não ter contagiado o brasiliense.

Para mapear o envolvimento do eleitorado local com esses ritos, o Observatório de Políticas Públicas do Distrito Federal (ObservaDF) dedicou seu mais recente relatório à participação na corrida eleitoral de 2026. O estudo reuniu indicadores sobre a frequência do consumo de noticiário político, o contato presencial com atividades de partidos, candidatos e campanhas, o interesse declarado pela disputa e, por fim, os sentimentos que o cenário atual desperta na população que vota no DF.

Embora 73% dos eleitores do DF digam ter contato com notícias sobre política diariamente

ou algumas vezes por semana, apenas 41% afirma ter muito ou algum interesse pela campanha eleitoral de 2026. O mesmo percentual declara acompanhar a disputa muito ou razoavelmente de perto, enquanto uma fatia expressiva, de 26%, diz não a acompanhar.

Para avaliar o engajamento, a pesquisa listou ações tradicionalmente adotadas por eleitores e as dividiu em dois grupos. O primeiro reúne práticas presenciais, típicas das ruas, como conversar com cabos eleitorais, participar de reuniões e carreatas, visitar comitês ou exibir adesivos, bandeiras e camisetas na roupa, no carro ou na residência. O segundo abrange atividades que não demandam sair de casa, como assistir ao Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) e aos debates entre os candidatos.

No momento da coleta da pesquisa, a menos de 20 dias do primeiro turno das eleições, cerca de dois em cada cinco entrevistados informaram ter participado de alguma atividade presencial. A ação mais frequente é também a que requer menos esforço: conversar com alguém que divulgava uma candidatura ou distribuía panfletos, citada por 34%. As demais aparecem bem atrás: usar ou exibir material de campanha (16%); ajudar em alguma ação (14%); ir a reunião, comício, caminhada ou carreata (13%); e visitar um comitê (11%). O engajamento parece concentrar-se, portanto, no contato que a campanha leva até o eleitor, e não em iniciativas que partem dele.

O quadro se torna ligeiramente mais participativo quando se observam as formas de acompanhamento mais discretas, que demandam menor exposição pessoal. Ao todo, 58% do eleitorado teve contato com a campanha pelo HGPE ou por algum debate. Na semana anterior à entrevista, 46% assistiram ou ouviram a um embate entre candidatos, e o mesmo percentual acompanhou o horário eleitoral.

Existem fatores capazes de atenuar ou ampliar esse engajamento na campanha eleitoral, como a idade e o nível de interesse por política. Identificou-se que os entrevistados mais jovens apresentam maior envolvimento em atividades presenciais de campanha do que os mais idosos: entre aqueles de 16 a 24 anos, 47% participam de alguma delas, contra 34% dos que têm 60 anos ou mais. Já no grupo que se diz interessado pelo tema, esse engajamento sobe para 48%, ante 34% entre os desinteressados.

Como termômetro do humor do eleitorado, a pesquisa também investigou as emoções associadas ao universo político. E o resultado é um retrato predominantemente negativo. Cerca de 60% dos entrevistados dizem se sentir “sempre” ou “frequentemente” decepcionados e 55% “sempre” ou “frequentemente” cansados. Os sentimentos positivos aparecem com menos força: 36% relatam esperança e 29%, entusiasmo.

O desconforto se estende às conversas do dia a dia. Para 44% do público ouvido, falar de política é uma experiência estressante ou frustrante. Somente 28% classificam esses diálogos como interessantes e informativos, e outros 28% preferem até evitar o assunto. O maior grupo, portanto, enxerga a conversa política como fonte de incômodo e insatisfação.

Em conjunto, os números compõem um cenário pessimista para a relação entre o eleitor e a campanha no DF, marcada por baixa adesão e pouca atenção à disputa. Vive-se, assim, um pleito de “desalento eleitoral”: um momento em que interesse e participação estão longe de alcançar a maioria da população, e em que a falta de ânimo, o abatimento e a perda de esperança na política passam a definir o estado de espírito e as atitudes do eleitorado brasiliense.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br

Os desafios demográficos e a força da geração de ouro

A estrutura demográfica brasileira passa por uma transformação profunda e acelerada. Essa mudança estrutural redefine totalmente os rumos das políticas públicas e da economia nacional. Portanto, o crescimento acelerado da população idosa no Brasil exige respostas urgentes e bem planejadas por parte do Estado.

Avanço acelerado

De acordo com dados do Censo do IBGE de 16 anos atrás, o país registrava pouco mais de 20,5 milhões de idosos. Em contrapartida, os resultados definitivos do Censo de 2022 revelam que esse número saltou para 32.113.490 pessoas. Consequentemente, o contingente de cidadãos com 60 anos ou mais cresceu mais de 56% nesse período. Assim, esse grupo alcançou a marca de 15,6% da população total do país.

Levantamentos estatísticos mais recentes do IBGE demonstram que essa parcela continuou a avançar rapidamente. Atualmente, os idosos já atingiram a expressiva marca de 16,6% da população nacional. Por conseguinte, esse novo perfil social impõe desafios complexos e imediatos para todas as esferas de governo.

Especialistas em demografia e saúde pública destacam o aumento expressivo da longevidade no país. Com efeito, a expectativa de vida ao nascer já supera os 76 anos de idade. No entanto, essa maior longevidade traz consigo uma prevalência elevada de doenças crônicas. Dessa forma, o país exige um sistema de saúde pública estruturado para o atendimento especializado e contínuo.

Força eleitoral

Paralelamente às transformações demográficas, a participação política da terceira idade atingiu um nível histórico inusitado. Dados atualizados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) mostram que o eleitorado com 60 anos ou mais superou 37,4 milhões de votantes. Consequentemente, esse grupo representa cerca de 23,2% de todo o eleitorado apto no país.

Dessa maneira, a chamada Geração de Ouro ultrapassou com folga o contingente de jovens eleitores de 16 a 24 anos. Atualmente, os idosos representam quase o dobro dos votantes jovens nas urnas. Portanto, a importância das eleições passa inevitavelmente pelo peso decisivo do voto idoso nas urnas brasileiras.

Mesmo nos casos em que o voto torna-se opcional para pessoas acima de 70 anos, a adesão continua muito elevada. Por isso, candidatos e partidos políticos precisam obrigatoriamente incluir pautas sobre longevidade em suas plataformas governamentais. Afinal, a população idosa no Brasil tem o poder real de definir os rumos das eleições municipais e estaduais.

Pressão sobre a Previdência

Um dos pontos mais críticos do envelhecimento populacional recai sobre o sistema de previdência social. Nas últimas décadas, a proporção de pessoas em idade ativa por idoso caiu de forma expressiva. Por essa razão, a expansão da população idosa no Brasil pressiona fortemente as contas públicas. Portanto, os gestores precisam buscar novas fórmulas econômicas para garantir a sustentabilidade de aposentadorias e pensões sem comprometer o orçamento fiscal.

Economistas e gestores afirmam que a resolução do problema exigirá aportes massivos de recursos. Além disso, o cenário atual requer inovações institucionais urgentes no Poder Executivo e no Legislativo. Entre as alternativas debatidas, destaca-se a criação de um ministério exclusivo para a gestão de políticas públicas da terceira idade.

Infraestrutura e cuidados

Do mesmo modo, o planejamento das cidades precisa passar por uma reformulação total. O objetivo principal é acolher os idosos com segurança, dignidade e autonomia nos espaços urbanos. A adaptação da mobilidade urbana e dos transportes públicos torna-se uma premissa fundamental. Essa reestruturação garante a manutenção de bons Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) nos municípios.

Além do transporte, a demanda por serviços de cuidados de longa duração cresce de forma exponencial. Por conseguinte, o país precisa expandir as redes de apoio domiciliar e as instituições de longa permanência. Da mesma maneira, as cidades devem oferecer suporte emocional e físico adequado para combater o isolamento social. Os governos devem promover a inclusão ativa por meio de programas de educação continuada.

Ao mesmo tempo, os setores empresariais encontram nesse cenário um nicho estratégico de grande relevância. Empresas investem na adaptação de produtos, serviços e espaços comerciais voltados ao atendimento desse público.

A frase que foi pronunciada:

Antes das eleições, os candidatos têm muitos predicados, mas é depois que se conhece o sujeito.

Rutra Larama

História de Brasília

"O ministro Sampaio Costa entregou, ontem, a sala dos Advogados no Bloco 6 da Esplanada dos Ministérios. Foi homenagear os advogados e recebeu consagrada manifestação, transferindo a homenagem para a pessoa do presidente do Tribunal Federal de Recursos."
(Publicada em 25/5/1962)